

CNPJ: 12.381.567/0001-34

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Credenciamento de pessoas físicas e/ ou jurídicas, na área da saúde, para prestação de serviços de **Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição, Farmacêutico, Fonoaudiologia, Pedagogia, Assistente Social, Psicologia, Educador Físico, Bioquímico, Biólogo, Terapia Ocupacional e Odontologia**, Nível Superior para atendimento na Policlínica Municipal, Unidades Básicas de Saúde -UBS's e Demais Estabelecimentos de saúde, destinados aos atendimentos dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), em Augusto Corrêa/PA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

2. DESCRIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

ITEM	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	ÁREA	C.H.	PREVISÃO DE VAGA IMEDIATAS	VALOR
1	ENFERMEIRO GERENTE DE UNIDADE ZONA RURAL	RURAL	40 hs	26	R\$ 3.500,00
2	ENFERMEIRO GERENTE DE UNIDADE ZONA URBANA	SEDE	40 hs	16	R\$ 2.560,00
3	ENFERMEIRO-COORDENADOR	RURAL E SEDE	40 hs e 44 hs SAMU e MELHOR EM CASA	9	R\$ 3.000,00
4	ENFERMEIRO - DIRETOR	SEDE	40 hs	5	R\$ 3.800,00
5	ASSISTENTE SOCIAL COORDENADOR	SEDE	40 hs	3	R\$ 3.000,00
6	ASSISTENTE SOCIAL	RURAL E SEDE	40 hs	6	R\$ 2.500,00
7	EDUCADOR FISICO COORDENADOR	SEDE	30 hs	1	R\$ 2.500,00
8	EDUCADOR FISICO IAF	RURAL E SEDE	30 hs	11	R\$ 2.000,00
9	EDUCADOR FISICO IAF	SEDE	40 hs	1	R\$ 2.560,00
10	EDUCADOR FISICO CAPS	SEDE	40 hs	1	R\$ 2.560,00
11	EDUCADOR FISICO DA ACADEMIA DA SAUDE	SEDE/RURAL	44 hs	1	R\$ 3.160,00
12	FARMACEUTICO COORDENADOR	SEDE	40 hs	1	R\$ 3.500,00
13	FARMACEUTICO	SEDE	40 hs	1	R\$ 3.000,00

CNPJ: 12.381.567/0001-34

14	FISIOTERAPEUTA	SEDE	40 hs	9	R\$ 2.560,00
15	NUTRICIONISTA COORDENADOR	SEDE	40 hs	1	R\$ 3.000,00
16	NUTRICIONISTA	SEDE	40 hs	8	R\$ 2.560,00
17	TERAPEUTA OCUPACIONAL	SEDE	40 hs	1	R\$ 8.000,00
18	PEDAGOGA	SEDE	30 hs	2	R\$ 2.000,00
19	PSICOLOGO	SEDE	40 hs	4	R\$ 2.560,00
20	BIOLOGA	SEDE	40 hs	2	R\$ 2.560,00
21	FONAUDIOLOGA	SEDE	40 hs	1	R\$ 2.560,00
22	BIOMEDICO	SEDE	40 hs	1	R\$ 2.280,00
23	BIOQUIMICO	SEDE	40 hs	1	R\$ 2.500,00
24	ODONTOLOGIA COORDENADOR	SEDE	24hs	1	R\$ 4.500,00
25	ODONTOLOGIA SEDE	SEDE	24 hs	6	R\$ 4.000,00
26	ODONTOLOGIA ZONA RURAL	RURAL	24 hs	15	R\$ 4.000,00
	ODONTOLOGIA SEDE/ZONA RURAL	RURAL SEDE	E 40 hs	2	R\$ 6.000,00
	ODONTOLOGIA SEDE (ODONTOMÓVEL)	SEDE	30 hs	1	R\$ 5.000,00

2.1 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E PRÉ-REQUISITOS POR ESPECIALIDADES

- ENFERMEIRO - SÍNTESES DAS ATIVIDADES: Distribuir e orientar as atividades da unidade, como referência técnica do serviço, dentro da sistematização da assistência de enfermagem com foco no cuidado integral e no risco; participar de visita multiprofissional para avaliação e conformação dos projetos terapêuticos; orientar quanto ao estado dos pacientes, tratamentos e cuidados necessários aos mesmos; acompanhar a programação de cirurgias, verificando se os pacientes foram preparados e orientados corretamente, acompanhar a transferência de pacientes, verificar o controle de estoque de insumos na unidade, corresponsabilizando-se por suprir as unidades assistenciais conforme padrão estabelecido. Coordenar, planejar, fiscalizar, inspecionar, monitorar e avaliar ações de saúde dos programas e protocolos das doenças transmissíveis, agravos e serviços de interesse das vigilâncias em saúde. Desenvolver tarefas e enfermagem de maior complexidade na execução de programas de saúde pública e no atendimento aos pacientes e aos doentes; coletar e analisar dados estatísticos de atendimento, dentro dos recursos disponíveis; realizar programas educativos

CNPJ: 12.381.567/0001-34

em saúde, ministrando palestras e coordenando reuniões. Desenvolver atividades relacionadas à inspeção sanitária, controle de infecção e segurança do paciente, coordenar e supervisionar os processos de vigilância, fiscalização e inspeção de estabelecimentos assistenciais de saúde, de interesse à saúde e afins, industriais e comerciais; assessorar atividades específicas de vigilância, participar de programas de saúde coletiva e de educação em saúde e aplicar as penalidades previstas em legislação específica, em função de riscos à saúde geral e ocupacional, e demais atribuições inerentes à especialidade.

PRÉ-REQUISITOS: Diploma devidamente registrado, em curso de graduação de nível superior em Enfermagem, emitido por instituição reconhecida pelo MEC, e registro no respectivo conselho de classe (COREN ou COFEN).

– **FARMACÊUTICO: SÍNTESES DAS ATIVIDADES:** Participar do processo de seleção, aquisição de medicamentos, germicidas, material médico hospitalar, atuando como membro nas comissões de farmácia e terapêutica, padronização de medicamentos, nas comissões de licitação ou parecer técnico, na comissão de suporte nutricional e outros afins. Participar das avaliações de desempenho setoriais e institucionais; exercer a responsabilidade técnica relativas a armazenamento, controle de estoque, distribuição de medicamentos, materiais e correlatos e elaboração e avaliação de Procedimento Operacional Padrão – POP; estabelecer um sistema eficiente e seguro de dispensação para pacientes ambulatoriais e internados. Fiscalização do processo de armazenagem, do receituário, da escrituração de livros, da remessa de mapas e de uso de substâncias e medicamentos capazes de determinar dependência física e/ou psíquica, obedecendo a legislação vigente, assim como de produtos farmacêuticos em geral, gerenciar as unidades de manipulação e controle de antineoplásicos, preparo e diluição de germicidas, reconstituição de medicamentos; preparo de misturas intravenosas e de nutrição parenteral, fracionamento de doses unitárias; elaborar manuais técnicos e formulários próprios; apoiar as atividades de ensino e pesquisa. Desenvolver farmácia clínica. Planejar, coordenar e executar atividades de assistência farmacêutica no âmbito da saúde pública; controle de distribuição, uso e necessidade nos medicamentos controlados. Desenvolver atividades relacionadas à vigilância em saúde e inspeção sanitária, coordenar e supervisionar os processos de vigilância, fiscalização e inspeção de estabelecimentos prestadores de serviços relacionados a medicamentos, cosméticos, saneantes, produto para a saúde, imunobiológicos, biológicos, microbiológicos, fitoquímicos, inseticidas, raticidas, antissépticos e desinfetantes de alimentos, análises e controle de água, diversos industriais e comerciais, assessorar atividades específicas de vigilância, participar de programas de saúde coletiva e de educação em saúde e aplicar as penalidades previstas em legislação específica, em função de riscos à saúde individual e coletiva e demais atribuições inerentes à especialidade.

PRÉ-REQUISITOS: Diploma devidamente registrado, em curso de graduação de nível superior em Farmácia, emitido por instituição reconhecida pelo MEC, e registro no respectivo conselho de classe (CRF).

CNPJ: 12.381.567/0001-34

– **FISIOTERAPEUTA: SÍNTESES DAS ATIVIDADES:** Atuar nos projetos terapêuticos que requeiram assistência em fisioterapia, em especial unidades de terapia intensiva adulto, infantil e neonatal, pacientes com dificuldade de locomoção, neurológicos, entre outros; ser referência técnica para a construção de rotinas e papéis nas unidades assistenciais, participando ativamente em equipe multidisciplinar e demais atribuições definidas inerentes a profissão.

PRÉ-REQUISITOS: Diploma devidamente registrado, em curso de graduação de nível superior em Fisioterapia, emitido por instituição reconhecida pelo MEC, e registro no respectivo conselho de classe (COFFITO).

– **NUTRICIONISTA: SÍNTESES DAS ATIVIDADES:** Prestar assistência nutricional a indivíduos e/ou coletividades (sadios e enfermos); organizar, administrar e avaliar unidades de alimentação e nutrição; efetuar controle higiênico-sanitário; participar de programas de educação nutricional; podem estruturar e gerenciar serviços de atendimento ao consumidor de indústrias de alimentos e ministrar cursos. Atuar em conformidade ao Manual de Boas Práticas. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Identificar população-alvo; participar de diagnóstico interdisciplinar; realizar inquérito alimentar; coletar dados antropométricos; solicitar exames laboratoriais; interpretar indicadores nutricionais; calcular gasto energético; identificar necessidades nutricionais; realizar diagnóstico dietético-nutricional; estabelecer plano de cuidados nutricionais; realizar prescrição dietética; prescrever complementos e suplementos nutricionais; registrar evolução dietoterápica em prontuário; conferir adesão à orientação dietético-nutricional; orientar familiares; prover educação e orientação nutricional; elaborar plano alimentar em atividades físicas. Administrar unidades de alimentação e nutrição: Planejar cardápios; confeccionar escala de trabalho; selecionar fornecedores; selecionar gêneros perecíveis, não perecíveis, equipamentos e utensílios; supervisionar compras, recepção de gêneros e controle de estoque; transmitir instruções à equipe; supervisionar pessoal operacional, preparo e distribuição das refeições; verificar aceitação das refeições; medir resto-ingestão; avaliar etapas de trabalho; executar procedimentos técnico-administrativos. Efetuar controle higiênico-sanitário: Controlar higienização do pessoal, do ambiente, dos alimentos, dos equipamentos e utensílios; controlar validade e a qualidade dos produtos; identificar perigos e pontos críticos de controle (Appcc); solicitar análise microbiológica dos alimentos; efetuar controles de saúde dos funcionários; solicitar análise bromatológica dos alimentos. Utilizar recursos de Informática. Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

PRÉ-REQUISITOS: Diploma devidamente registrado, em curso de graduação de nível superior em Nutrição, emitido por instituição reconhecida pelo MEC e registro no respectivo conselho de classe (CRN).

– **BIOMÉDICO: SÍNTESES DAS ATIVIDADES:** Realizar coleta de material biológico; realizar exames por meio de técnicas laboratoriais, imuno-hematológicas, sorológicas, microbiológicas; através da utilização de métodos e equipamentos específicos; preparar soluções e reagentes das técnicas acima mencionadas e demais áreas de atividade; analisar resultados dos exames

CNPJ: 12.381.567/0001-34

efetuados, solicitando novas amostras com resultados duvidosos; supervisionar e responsabilizar-se pelas análises realizadas; atender solicitações de urgência; orientar sobre questões de sua abrangência profissional; limpeza e manutenção de equipamentos; realizar controle de materiais e insumos do departamento; colaborar com pesquisas científicas, elaborar e avaliar Procedimento Operacional Padrão – POP, formulários, registros e manuais de procedimentos de qualidade. Supervisionar a higienização e esterilização de materiais e insumos e descarte de resíduo; supervisionar e elaborar escalas dos profissionais do setor; responsabilizar-se pela validação e assinatura de laudos. Emitir diagnósticos citopatológicos de esfregaços do colo do útero e responsabilizar-se tecnicamente pelo diagnóstico emitido. Desenvolver atividades relacionados à vigilância em saúde e à inspeção sanitária, coordenar e supervisionar os processos de vigilância, fiscalização e inspeção de estabelecimento prestadores de serviços de análises clínicas laboratoriais e afins de saúde e de interesse à saúde diversos, industriais e comerciais, assessorar atividades específicas de vigilância, participar de programas de saúde coletiva e de educação e saúde e aplicar as penalidades previstas em legislação específica, em função de riscos à saúde geral e as demais atividades inerentes à especialidade.

PRÉ-REQUISITOS: Diploma devidamente registrado, em curso de graduação de nível superior em Biomedicina com habilitação em patologia clínica, emitido por instituição reconhecida pelo MEC, e registro do conselho de classe (CRBM).

– **ODONTOLOGO: SÍNTESES DAS ATIVIDADES:** Atender e orientar os pacientes, executar procedimentos odontológicos, estabelecer diagnósticos e prognósticos, promover e coordenar medidas de promoção e prevenção da saúde e ações de saúde coletiva, atuar em equipes multidisciplinares e interdisciplinares, integrar com os programas de promoção, prevenção, proteção, recuperação e reabilitação de saúde, controle de doenças e agravos, assegurar a integralidade do tratamento, prescrevendo e aplicando as especialidades farmacêuticas de uso interno e externo, supervisionar os trabalhos realizados pelo Auxiliar de Saúde Bucal, inserir e informar os dados regularmente no sistema de informação, realizar outras atribuições compatíveis com a sua função.

PRÉ-REQUISITOS: Diploma devidamente registrado, em curso de graduação de nível superior em Odontologia, emitido por instituição reconhecida pelo MEC e registro no conselho de classe (CRO).

– **PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA: SÍNTESES DAS ATIVIDADES:** Elaborar planejamento de atividades físicas desenvolvidas; acompanhar atividades físicas e recreativas, visando desenvolvimento das qualidades físicas básicas: coordenação, força, equilíbrio, flexibilidade, alongamentos, resistência; acompanhar atividades lúdicas visando desenvolvimento psicossocial, através de jogos paradidáticos e de salão; promover torneios amistosos (internos e externos); acompanhar programas esportivos desenvolvidos no âmbito municipal, orientar e supervisionar estagiários de educação física; executar atribuições correlatas.

CNPJ: 12.381.567/0001-34

PRÉ-REQUISITOS: Diploma devidamente registrado, em curso de graduação de nível superior em Educação Física, emitido por instituição reconhecida pelo MEC e registro no respectivo conselho de classe (CREF).

- PSICÓLOGO: SÍNTESES DAS ATIVIDADES: Elaborar, analisar e executar projetos relacionados com a especialidade, no contexto da assistência social; participar em equipe multidisciplinar, na identificação, compreensão e atuação sobre fatores emocionais que interferem na saúde geral do indivíduo; desenvolver atendimentos terapêuticos em diversas modalidades: individual, grupal, familiar, ludoterapia, arteterapia, orientação de pais, atuar junto a equipe de trabalho na orientação sobre questões relacionadas às diversas fases do desenvolvimento; emitir laudos técnicos, quando necessário; atuar no estudo, diagnóstico e prognóstico em situações de problemas de desenvolvimento e/ou quadros psicopatológicos, utilizando para tais procedimentos de diagnóstico psicológicos, como: entrevistas, técnicas de avaliação psicológica, testes e etc.; elaborar diagnósticos psicossociais, identificando necessidades específicas para encaminhar atendidos em audiências judiciais, de acordo com o contexto da situação; capacitar recursos humanos para atuação no enfrentamento de situações de sofrimento psíquico (violência sexual, violência doméstica, uso abusivo de álcool e drogas etc.); emitir relatórios psicossociais para órgãos judiciais; realizar observações domiciliares para compreensão do contexto das relações familiares, planejar e criar instrumentos, de acordo com especificidade, executar atribuições correlatas.

PRÉ-REQUISITOS: Diploma devidamente registrado, em curso de graduação de nível superior em Psicologia, emitido por instituição reconhecida pelo MEC e registro no respectivo conselho de classe (CRP).

- ASSISTENTE SOCIAL: SÍNTESES DAS ATIVIDADES: Ofertar o acolhimento, fazer entrevistas, fazer visitas domiciliares, elaborar relatórios e pareceres, fazer avaliação e controle dos aspectos quantitativos, qualitativos, físicos e financeiros das políticas de saúde, para o monitoramento, controle e avaliação da prestação de serviços de saúde à população, no que se referem às ações e serviços de média e alta complexidade, fazer encaminhamento dos pacientes a outras redes hospitalares através dos sistemas de regulação.

PRÉ-REQUISITOS: Diploma devidamente registrado, em curso de graduação de nível superior em Psicologia, emitido por instituição reconhecida pelo MEC e registro no respectivo conselho de classe (CRESS).

- TERAPEUTA OCUPACIONAL: SÍNTESES DAS ATIVIDADES: Atuar nas áreas de saúde, educação e de serviços sociais; aplicar tratamento de reabilitação em pacientes portadores de deficiência física e/ou psíquica; executar outras tarefas compatíveis com a natureza do cargo.

CNPJ: 12.381.567/0001-34

PRÉ-REQUISITOS: Diploma devidamente registrado, em curso de graduação de nível superior em Psicologia, emitido por instituição reconhecida pelo MEC e registro no respectivo conselho de classe (COFFITO).

- PADAGOGO: SÍNTESES DAS ATIVIDADES:

PRÉ-REQUISITOS: Diploma devidamente registrado, em curso de graduação de nível superior em Psicologia, emitido por instituição reconhecida pelo MEC e registro no respectivo conselho de classe (CFEP).

- BIOLOGO: SÍNTESES DAS ATIVIDADES: Promover ações que proporcionem o conhecimento e a detecção de mudanças nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interfiram na saúde humana, com a finalidade de identificar as medidas de prevenção e controle dos fatores de risco ambientais relacionados às doenças ou a outros agravos à saúde; promover ações adotadas continuamente pelas autoridades de saúde pública para garantir a população o acesso a água em quantidade compatível com o padrão de potabilidade, estabelecido na legislação vigente; atividades e estratégias de vigilância, prevenção e controle de zoonoses de relevância para a saúde pública; inspeções sanitárias em ambientes relacionados a vigilância; atuar de forma multidisciplinar com outros setores.

PRÉ-REQUISITOS: Diploma devidamente registrado, em curso de graduação de nível superior em Psicologia, emitido por instituição reconhecida pelo MEC e registro no respectivo conselho de classe (CRBIO).

- BIOQUIMICO: SÍNTESES DAS ATIVIDADES: Executar atividades relativas a métodos e técnicas de produção e controle de medicamentos, análises toxicológicas, hematológicas e clínicas para apoio ao diagnóstico; executar outras tarefas compatíveis com a natureza do cargo.

PRÉ-REQUISITOS: Diploma devidamente registrado, em curso de graduação de nível superior em Psicologia, emitido por instituição reconhecida pelo MEC e registro no respectivo conselho de classe (CRQ).

- FONAUDIOLOGO: SÍNTESES DAS ATIVIDADES: Atender pacientes e clientes para prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas, tratam de pacientes e clientes; efetuar avaliação e diagnóstico fonoaudiológico; orientar pacientes, familiares, cuidadores e responsáveis; desenvolver programas de prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida; exercer atividades administrativas, de ensino e pesquisa.

CNPJ: 12.381.567/0001-34

PRÉ-REQUISITOS: Diploma devidamente registrado, em curso de graduação de nível superior em Psicologia, emitido por instituição reconhecida pelo MEC e registro no respectivo conselho de classe (CREFONO).

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente solicitação de contratação de pessoa física com formação em **Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição, Farmacêutico, Fonoaudiologia, Pedagogia, Assistente Social, Psicologia, Educador Físico, Bioquímico, Biólogo, Terapia Ocupacional e Odontologia** de nível superior para atender as unidades de saúde, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, Equipes Multi Profissionais – e- Multi, Departamento de Regulação, Controle e Avaliação - DRAC e Unidades Básicas de Saúde – UBS, por um período de 12 (doze) meses, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde de Augusto Corrêa /PA, por um período de 12 (doze) meses, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde de Augusto Corrêa /PA, em obediência ao dever do Estado em garantir a qualidade de vida e a saúde de seus cidadãos.

3.2. A Constituição Federal de 1988 afirma que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem tanto à redução do risco de doença e de outros agravos, quanto ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para sua promoção, proteção e recuperação. As ações e serviços obedecem aos princípios de:

- I - universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;
 - II - integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;
 - III - preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral;
 - IV - igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie.
- (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

3.3. Justifica-se, portanto, a contratação de pessoa física apta à prestação de serviços em saúde, incluindo consultas, procedimentos diversos, com o objetivo de ampliar o acesso, a qualidade e a eficiência dos cuidados disponibilizados à população do município de Augusto Corrêa/PA. Tal medida atenda a múltiplas necessidades e desafios enfrentados pelos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito local, conforme descrito a seguir:

CNPJ: 12.381.567/0001-34

3.4. **Ampliação do acesso aos serviços em saúde:** A contratação visa reduzir barreiras geográficas e socioeconômicas ao atendimento, disponibilizando serviços diretamente no município e diminuindo a necessidade de deslocamento para outras cidades, especialmente por parte de populações vulneráveis.

3.5. **Resposta mais ágil e eficiente às demandas existentes:** Com o fortalecimento da capacidade assistencial local, será possível atender com mais presteza à demanda reprimida, garantindo uma abordagem integral e resolutiva desde a atenção básica até os atendimentos especializados, inclusive em situações de maior complexidade.

3.6. **Qualificação do padrão de atendimento:** A contratação permitirá estabelecer critérios de qualidade e desempenho para os prestadores de serviços em saúde, assegurando que a população receba cuidados seguros, humanizados e tecnicamente adequados, em conformidade com os princípios do SUS.

3.7. **Racionalização dos recursos públicos:** A prestação de serviços por meio de profissionais contratados, em vez da contratação direta via concurso ou regime estatutário, representa uma alternativa economicamente vantajosa, reduzindo encargos administrativos e trabalhistas, e otimizando os recursos públicos.

3.8. **Redução das desigualdades em saúde:** Ao garantir a oferta de serviços em saúde com equidade, a iniciativa contribui para a superação das desigualdades sociais e regionais no acesso à saúde, assegurando o direito constitucional à saúde para toda a população.

3.9. Diante desse cenário, a contratação de profissionais para a execução de serviços em saúde configura-se como uma medida necessária e estratégica por parte da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), promovendo a ampliação da cobertura assistencial, o aperfeiçoamento da gestão dos recursos e a melhoria contínua dos indicadores de saúde no município. Tal iniciativa está plenamente alinhada com os princípios da universalidade, integralidade e equidade do SUS.

3.10. A atenção à saúde deve ter como base a oferta contínua e organizada de serviços qualificados aos usuários, observando a lógica de regionalização, hierarquização e humanização da assistência. A cadeia assistencial engloba desde a atenção primária até os atendimentos de média e alta complexidade, os quais devem estar acessíveis a todos os cidadãos. Por esse motivo, a SEMSA tem investido em ações e estratégias voltadas à expansão,

CNPJ: 12.381.567/0001-34

qualificação e dinamização da rede de atenção, reafirmando seu compromisso com a transformação social por meio da saúde pública.

3.11. Além disso, a proposta de operacionalização descentralizada dos serviços permitirá à SEMSA enfrentar entraves estruturais e operacionais que limitam a capacidade de resposta da administração pública, como a escassez de profissionais especializados e a sobrecarga dos serviços já existentes. Com isso, será possível ampliar a resolutividade da rede municipal de saúde e garantir maior proteção à vida.

3.12. Portanto, a contratação ora proposta configura-se como uma estratégia essencial para que o Município de Augusto Corrêa expanda e qualifique a oferta de serviços em saúde, promovendo maior acessibilidade, abrangência e eficiência no atendimento das necessidades da população local, consolidando-se como peça fundamental para o fortalecimento de um sistema público de saúde eficaz, inclusivo e sustentável.

3.13. Considerando a falta de profissionais da área de saúde e insuficiência de profissionais no quadro efetivo da Secretaria Municipal de Saúde, para atender os locais abaixo nominados:

➤ SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

- ✓ Policlínica Municipal;
- ✓ CAPS I Augusto Corrêa;
- ✓ Centro de Reabilitação – CERAC;
- ✓ vigilância em Saúde-VISA;
- ✓ Postos de Saúde-ZONA URBANA:
 - o Unidade Saúde da Família Augusto Corrêa;
 - o Unidade Saúde da Família Lírios do Vale;
 - o Unidade Saúde da Família Cidade Nova I e II;
 - o Unidade Saúde da Família São Benedito;
 - o Unidade Saúde da Família São João Batista;
 - o Unidade Saúde da Família Pratiacú;
- ✓ Postos de Saúde-ZONA RURAL:
 - o Unidade Saúde da Família do Patal I e II;
 - o Unidade Saúde da Família da Vila Nova;
 - o Posto de Saúde Anoerá;

CNPJ: 12.381.567/0001-34

- o Unidade Saúde da Família Ribeirinha do Perimirim;
- o Unidade Saúde da Família do Vila Verde;
- o Unidade Saúde da Família do Santa Maria do Açaizal;
- o Unidade Saúde da Família do Trevinho;
- o Unidade Saúde da Família do Buçú;
- o Posto de Saúde Maranhãozinho;
- o Unidade Saúde da Família Ribeirinha do Araí;
- o Unidade Saúde da Família Ribeirinha do Nova Olinda I;
- o Unidade Saúde da Família do Nova Olinda I;
- o Unidade Saúde da Travessa do dez;
- o Posto de Saúde São Luiz do Apió;
- o Unidade Saúde da Família do Aturiaí I;
- o Unidade Saúde da Família do Aturiaí II;
- o Unidade Saúde da Família do Itapixuna;
- o Unidade Saúde da Família Ribeirinha do Zé Castor.

3.14. Informo ainda que foi feito levantamento dos serviços solicitados, em relação aos profissionais técnicos, em quantitativos necessários para suprir suas demandas diárias e emergências, conforme se verifica na Planilha de Profissionais, Carga Horária, Números de Vagas e Remuneração que segue.

3.15. Diante ao exposto solicitamos a referida contratação para a prestação de serviços de profissionais da área de saúde, conforme Planilha acima.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. A contratação objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal, integralmente o art. 74, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021 e nas demais prescrições legais aplicáveis ao assunto.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS

5.1. Em consonância com os dispositivos legais, o objeto proposto deste Termo de Referência trata-se de serviço de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade credenciamento.

6. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO E LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

6.1. Os serviços técnicos, de acordo com cada especialidade, serão executados nos locais pré-determinados pela Secretaria Municipal de Saúde de Augusto Corrêa, de acordo com as necessidades de profissionais especialistas dispostos no item 2 deste termo de referência, e

CNPJ: 12.381.567/0001-34

especificações constantes da Planilha de Profissionais, Carga Horária, Números de Vagas e Remuneração.

6.2. Todos os profissionais Credenciados e contratos deverão, na execução dos serviços a serem prestados, proporcionar tratamento condigno aos usuários do SUS, com os ditames dos respectivos Conselhos de Classe, e voltados ao respeito da dignidade humana e o direito de todo o cidadão ao acesso a saúde pública.

5.3. Todos os profissionais Credenciados e contratados deverão, na execução dos serviços a serem prestados, respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal, devendo sempre que diante deste tipo de situação, fazer a documentação necessária para resguardar eventuais responsabilidades.

6.4. Todos os profissionais credenciados e contratados deverão, na execução dos serviços a serem prestados, fazer uso do sistema informatizado do município, para registro de atendimentos realizados, prescrições, prontuários, etc., de acordo com os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas do SUS.

6.5. Quando realizar encaminhamentos dos pacientes, o responsável pelo atendimento, deverá encaminhar toda a documentação necessária e suficiente para atender todas as normas vigentes da Secretaria Municipal de Saúde, inclusive realizando contato telefônico prévio com a Instituição encaminhada para certificação do atendimento.

6.6. Todos os profissionais contratados deverão dispor de capacidade técnica para a realização de todos os serviços credenciados.

6.7. Todos os Credenciados devem estar registrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

6.8. Todos os Credenciados devem submeter-se a avaliações sistemáticas pela gestão do SUS.

6.9. Todos os Credenciados devem submeter-se à regulação instituída pelo Gestor Municipal.

6.10. Todos os Credenciados obrigam-se a apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividade que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento do objeto pactuado com o ente federativo contratante.

6.11. Todos os Credenciados devem submeter-se ao Sistema Nacional de Auditoria (SNA) e seus componentes, no âmbito do SUS, apresentando toda documentação necessária, quando solicitado.

6.12. Todos os Credenciados devem cumprir todas as normas relativas à preservação do meio ambiente.

6.13. Os procedimentos de consultas e avaliações clínicas, será de acordo com as necessidades e a emissão das Autorizações emitidas pelo Complexo Regulador de Augusto Corrêa/PA.

CNPJ: 12.381.567/0001-34

6.14. O Credenciado contratado não poderá, em hipótese alguma, cobrar diferença de valores dos beneficiários do atendimento, bem como, solicitar que este assine nota, fatura ou guia de atendimento em branco.

6.15. O horário de execução dos serviços deverá obedecer às normas internas da unidade Contratante.

6.16. Os serviços serão prestados por profissionais habilitados, especialistas e regularmente inscritos no Conselho de classe profissional tipo COREN, CRO, CREFITO, COFEN, CREFI e outros respectivo a formação profissional, dentro dos padrões de aceitabilidade e das normas técnicas referentes ao tipo de serviço, a todos os pacientes que procurarem pelo serviço de saúde municipal, na área Atenção Básica e de Urgência e Emergência, independentemente da categoria social do paciente/usuário, constituindo este, o alvo de toda atenção, em cujo benefício deve agir com zelo, respeito e o máximo de sua capacidade profissional, mantendo o mais elevado padrão de atendimento.

6.17. Os profissionais técnicos, na execução dos serviços, deverão estar cientes da obrigatoriedade do preenchimento de documentos da Secretaria Municipal de Saúde de Augusto Corrêa, como fichas do SUS, fichas de encaminhamento, atestado de óbito, notificações e agravos e outros documentos pertinentes aos serviços.

7. GERENCIAMENTO RESPONSÁVEL, HORÁRIO E LOCAL

7.1. A Secretaria Municipal de Saúde que, prestará todos os esclarecimentos que lhe sejam solicitados pelos interessados, estando disponível de segunda a sexta – feira, das 7:30 às 13:30 horas e entre as 14:00h às 18:00h, localizado na avenida João Batista Monteiro S/N, Bairro São Miguel – Augusto Corrêa/PA, CNPJ 12381567/0001-34, CEP 68.610-000.

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado em até a 30 (trinta) dias, contados após a realização dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente certificada pelo servidor competente e acompanhada da regularidade fiscal;

8.2. A nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CPF ou CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo notas fiscais/faturas com outros CPF ou CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz;

8.3. O pagamento será creditado em favor da contratada, através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

8.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até a resolução da causa ensejadora do impedimento;

8.5. Nenhum pagamento será efetuado a Contratada se a mesma não estiver em dia com suas regularidades fiscal e trabalhista.

CNPJ: 12.381.567/0001-34

8.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela administração o valor de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data do seu vencimento até o efetivo adimplemento da parcela, em que juros de mora serão calculados à taxa de 0,5 (meio por cento) ao mês ou 6% (seis por cento) ao ano, capitalizados diariamente em regime de juros simples.

8.7. O valor dos encargos é calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438.

9. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS E CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

9.1. A ordem de convocação dos profissionais credenciados para prestação dos serviços será definida com base na pontuação técnica atribuída conforme os critérios estabelecidos neste TERMO DE REFERENCIA. O sistema de pontuação visa garantir a melhor distribuição dos serviços públicos, respeitando-se os princípios da isonomia, impessoalidade, transparência e eficiência. Todos os profissionais credenciados permanecerão aptos a serem chamados, mesmo que não estejam nas primeiras colocações.

9.1.2. A pontuação técnica será medida da seguinte forma:

Critério	Pontuação Máxima
Tempo de experiência comprovada na área	3 pontos
Titulação acadêmica (especialização, mestrado etc.)	2 pontos
Cursos de capacitação e atualização	1,5 pontos
Disponibilidade de horários e plantões	2 pontos
Residência no município ou região próxima	1 pontos
Apresentação completa e correta da documentação	0,5 pontos

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS DE PESSOA FÍSICA:

9.2. Habilitação Jurídica e Profissional

- Documento de identidade e CPF;
- Comprovante de inscrição e regularidade no respectivo conselho de classe profissional (ex.: COREN, CRO, CREFITO);

CNPJ: 12.381.567/0001-34

- c) Declaração de que não ocupa cargo público incompatível com a prestação dos serviços contratados;
- d) Comprovante de residência.

9.3. Habilitação Técnica

- a) Currículo atualizado com comprovação de experiência profissional mínima;
- b) Atestados ou declarações de capacidade técnica emitidos por órgãos públicos ou privados;
- c) Certificados de cursos de aperfeiçoamento ou atualização na área de atuação;
- d) Declaração de ciência das normas éticas, técnicas e sanitárias aplicáveis.
- e) Cadastro nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES;
- f) Certidão de antecedentes criminais ;
- g) Certidão negativa do Conselho Federal de [classe](#) ou Conselhos Regionais em relação a condenações por infração às regras éticas e profissionais exigidas para o exercício da profissão;

9.4. Capacidade Econômico-Financeira (Simplificada)

- a) Declaração de capacidade de arcar com os encargos decorrentes da prestação dos serviços;
- b) Autorização para recebimento em conta corrente própria e comprovante bancário ativo

10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E SUAS CONDIÇÕES.

FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:

10.1. Deverá encaminhar proposta de preços com a descrição do objeto e o preço apresentando o valor unitário e total de acordo o termo de referência.

10.2. Na Proposta de Preços, a proponente deverá incluir todos os custos e despesas, tais como custos diretos e indiretos (inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas e contribuições parafiscais.

10.3. Proposta apresenta as características da execução do objeto e possui, uma validade durante a qual o profissional está obrigado a cumpri-la.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

11.1. É obrigação da CONTRATADA manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante a execução contratual.

11.2. Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação do serviço, todos os esclarecimentos que por ele forem solicitados, cujas reclamações referentes à execução contratual se obriga prontamente a atender.

11.3. A Contratada deverá disponibilizar todos os recursos necessários ao pleno atendimento das demandas.

11.4. Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como os tributos resultantes do cumprimento do Contrato;

11.5. Implementar rigorosa gerência de contrato com observância a todas as disposições constantes deste Termo de Referência;

11.6. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem no objeto contratual, de acordo com Lei 14.133/21, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, mantidas as mesmas condições estipuladas no presente Termo de Referência, sem que caiba à CONTRATADA qualquer reclamação;

11.7. Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, em observância ao princípio da urbanidade;

11.8. Garantir a confidencialidade dos dados e informações do paciente;

11.9. Fica proibida a cobrança de qualquer quantia, a qualquer título, dos serviços prestados aos usuários do SUS, ficando a contratada responsabilizada por qualquer cobrança indevida feita a usuário

11.10. Manter sempre a qualidade na prestação de serviço executado;

11.11. Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário;

11.12. Prestar os serviços, objeto deste credenciamento, respeitando os critérios estabelecidos pela CONTRATANTE, de garantia e facilitação do acesso descentralizado aos usuários do SUS;

11.13. Esclarecer aos pacientes e familiares/responsáveis sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;

11.14. Facilitar a CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da Secretaria de Saúde;

11.15. Justificar a CONTRATANTE ou o seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos neste Termo de Referência;

CNPJ: 12.381.567/0001-34

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Acompanhar e fiscalizar a execução e todas as suas etapas, registrando as ocorrências, bem como realizar visitas técnica às instalações da CONTRATADA orientadas pela Secretaria Municipal de Saúde;

12.2. Pagar o valor devido no prazo ajustado;

12.3. Atestar o recebimento dos objetos contratados, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à CONTRATADA.

12.4. Caberá ao CONTRATANTE efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto deste contrato, conforme ajustado.

12.5. A Contratante deverá comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade apresentada.

12.6. Efetuar o empenho da despesa, no qual constará da dotação orçamentária específica de forma a garantir o pagamento das obrigações assumidas.

12.7. Prestar as informações e esclarecimentos necessários à CONTRATADA.

12.8. Exercer a fiscalização do contrato através do fiscal designado, a quem competirá dirimir dúvidas que surgirem na sua execução, e que de tudo dará ciência à administração da CONTRATANTE.

12.9. Da Responsabilidade da Contratante quanto aos Descontos por Inadimplemento Parcial:

12.9.1. Nos termos da legislação aplicável, em especial a Lei nº 14.133/2021, fica estabelecido que compete à Contratante realizar, por ocasião do vencimento e pagamento das obrigações contratuais, o desconto proporcional relativo a eventuais faltas, ausências injustificadas, interrupções na prestação dos serviços ou inadimplemento parcial por parte da contratada, devidamente constatados e formalizados pelos meios adequados de fiscalização contratual.

12.9.2. O desconto incidirá sobre o valor correspondente ao período ou à parcela do serviço não executado, observando-se os critérios de proporcionalidade, economicidade e interesse público. Tal procedimento não configura penalidade contratual, mas mera compensação pela não prestação do serviço pactuado, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas previstas no contrato ou na legislação vigente, quando for o caso.

CNPJ: 12.381.567/0001-34

13. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. Os serviços a serem prestados serão objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por servidores designados pela Secretaria de Saúde;

13.2. A Fiscalização exercida no interesse da Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

13.3. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto deste contrato, se em desacordo com as especificações e as Cláusulas Contratuais.

13.4. Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE.

13.5. Os representantes da administração, Jackson Reis Brito, Matrícula: 321323-7 - FISCAL TITULAR; Lenon de Brito Rodrigues, MATRICULA Nº 321227-0 - FISCAL SUBSTITUTO, anotarão, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. As despesas estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

- **Fonte orçamentária: 1101 Fundo Municipal de Saúde.**

Dotação Orçamentária: 10 302 0024 2.087 - Manutenção do MAC

Dotação Orçamentária: 1101.10 301 0016 2.072 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – FUS

Dotação: 10 304 0021 2.089 Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária, Epidemiológica e Ambulatorial - VISA

Dotação: 10 304 0021 2.207 – Manutenção do VISA-Estadual

Dotação Orçamentária: 2.078 Manutenção do Programa de Atenção Básica PAP

Dotação: 10 302 0024 2.206 Manutenção SAMU-Estadual

Classificação econômica: 3.3.90.36.00 Outros serv. de terc. pessoa física

Subelemento 3.3.90.36.06 Serv. Técnicos profissionais.

CNPJ: 12.381.567/0001-34

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

15.1. Garantido o exercício, no prazo de 5 (cinco) dias, do direito ao contraditório e à ampla defesa, fica o contratado sujeito às seguintes sanções administrativas, que poderão ser cumulativas:

15.1.1. A inexecução total ou parcial do contrato, sujeita o contratado garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, às seguintes sanções administrativas, que poderão ser cumulativas:

15.1.2. advertência;

15.1.3. multa de mora 10% (dez por cento), incidente sobre o valor do contrato;

15.1.4. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

15.1.5. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.2. Caberá ao Ordenador de Despesa, após o devido processo legal, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela aplicação da sanção administrativa cabível.

15.3. Na hipótese da sanção prevista no item 15.1.5, será facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

15.4. As sanções previstas nos itens 15.1.3.e 15.1.4, poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

15.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

CNPJ: 12.381.567/0001-34

15.4.4. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Os casos omissos no Termo de Referência, deverão ser supridos pela Lei nº 14.133/21, bem como as dúvidas suscitadas deverão ser esclarecidas pelos órgãos supracitados ou a quem eles designarem, no endereço constante neste Termo de Referência;

16.2. A Administração poderá revogar a licitação ou rescindir o contrato, por motivo de interesse público e deverá realizar a anulação da licitação quando houver ilegalidade, sendo de ofício ou mediante provocação de terceiro;

16.3. A contratada responderá de maneira absoluta e inescusável pelo objeto deste Termo de Referência, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pelo serviço a ser contratado;

16.4. Fica estabelecido o Foro da Comarca de Augusto Corrêa, Estado do Pará, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas das avenças

17. DATA LOCAL E ASSINATURA

17.1 Augusto Corrêa, 02 de junho de 2025.

GELZICLENE NOGUEIRA DA PENHA ARAÚJO

Secretária Municipal de Saúde

Decreto 004/2025